

O COMUNISMO DE MARX: NATUREZA, CONTRADIÇÕES E RELEVÂNCIA ATUAL¹

MARX'S COMMUNISM: NATURE, CONTRADICTIONS AND CURRENT RELEVANCE

David McLellan²

Recebido em: 07/2019
Aprovado em: 11/2019

Resumo: A análise de obras de Marx, desde os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* até cartas escritas no início dos anos de 1880, demonstra mudanças e continuidades na formação teórica e política desse pensador. Essa dinâmica, por sua vez, também se revela na apresentação que Marx fez em relação ao comunismo. Este artigo apresenta elementos-chaves da visão de Marx sobre o comunismo, examina as suas nuances e a sua coerência teórica interna e se refere a aspectos da relevância atual dessa concepção marxiana de organização social. [Resumo do tradutor].

Palavras-chave: Marxismo; comunismo; natureza; desenvolvimento produtivo; emancipação humana.

Abstract: The analysis of Marx's works, from the *Economic-Philosophical Manuscripts of 1844* to letters written in the early 1880s, shows changes and continuities in the theoretical and political formation of this thinker. This dynamic, in its turn, appears also in the presentation that Marx made about the communism. This article presents some key elements of Marx's communism view, examines its nuances and its internal theoretical coherence and refers to aspects of the current relevance of this Marxian conception of social organization. [Translator's abstract].

Keywords: Marxism; communism; nature; productive development; human emancipation.

Este artigo possui três objetivos principais. Primeiro, busca-se realizar uma breve exposição das várias afirmações que Karl Marx fez acerca do comunismo. Em segundo lugar, propõe-se discutir em que medida estas várias afirmações constituem um quadro coerente. E, em terceiro, almeja-se refletir sobre quais destas lições podem ser aprendidas para a análise do mundo contemporâneo.

¹ Versão escrita pelo autor para este número especial. Tradução do original inédito em inglês por Henrique Wellen, professor de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. [N.T.].

² Professor emérito da University of Kent (Inglaterra). E-mail: davidmclellan@live.co.uk

I

Faz-se importante enfatizar, desde o início, que Marx não era um “profeta” e que falou muito pouco sobre o modelo da sociedade comunista que ele tinha previsto. Isto não é surpreendente: como o seu mestre Hegel, Marx foi extremamente cauteloso em apresentar previsões sobre o futuro e, com frequência, criticou severamente os “socialistas utópicos” por suas previsões idealistas (cf. Marx e Engels, 2000, p. 268). Isso porque, se todas as ideias são produtos da realidade contemporânea, uma projeção dessas conjecturas para um futuro idealista distante, por não possuir nenhuma referência empírica, torna-se algo completamente imaginário. Marx teria concordado plenamente com a observação de Hegel de que é muito tolo imaginar que qualquer filosofia consiga ir além do mundo contemporâneo, assim como um indivíduo consiga saltar além de seu tempo histórico (Hegel, 1989, p. 26).

É nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos* que Marx analisa o comunismo de forma mais ampla. Estes manuscritos foram escritos em Paris em 1844, onde muitas formas de “experiências comunistas” eram apresentadas pelos pensadores socialistas mais radicais. Marx, então, distinguiu a sua própria ideia de comunismo de outras duas. A primeira, que ele chamava de comunismo rude, indicava que era a “realização da propriedade privada”, na sua “expressão consistente”, que negava a personalidade humana. Ele a explicou da seguinte forma:

quão pouco esta abolição da propriedade privada é uma apropriação, é vista precisamente na negação abstrata de todo o mundo da cultura e da civilização, como o retorno à simplicidade *antinatural* do homem *pobre*, desprovido de necessidades, que ainda nem sequer alcançou a propriedade privada e muito menos foi além disto (Marx, 2000a, p. 96).

A segunda forma de comunismo que Marx rejeitou foi aquela que advogava apenas os meios políticos. Esta proposta poderia envolver o despotismo democrático ou a abolição do Estado, mas fracassaria porque “ainda não apreendeu a natureza positiva da propriedade privada ou a natureza humana da necessidade” (Marx, 2000a, p. 97).

A ideia própria de Marx de comunismo é “a completa superação positiva da propriedade privada” (Marx, 2000a, p. 97). Conforme ele explica em uma passagem bem conhecida e levemente apocalíptica:

Este é o comunismo como completo e consciente retorno do homem, conservando todas as riquezas do desenvolvimento anterior para o próprio homem como ser social, como ser humano. Comunismo como naturalismo

realizado é igual a humanismo e, como humanismo realizado, é naturalismo. É a genuína resolução para o antagonismo do homem com a natureza e do homem com o homem. É a verdadeira solução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoafirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie. É a solução para o enigma da história e sabe-se, como tal, que esta é a solução (Id.).

Em 1844 a perspectiva de Marx sobre o comunismo era claramente influenciada pelo humanismo feuerbachiano. De fato, ele chega a explicitar isto em uma carta ao próprio Feuerbach (cf. Marx, 2000b, p. 122). Mas, o que se poderia afirmar sobre comunismo, então, quando Marx realizou a sua separação do pensamento de Feuerbach, nas suas *Teses sobre Feuerbach* e na *Ideologia alemã*? Não muito. Consta, nessas obras, uma insistência na natureza internacional do comunismo (Marx, 2000c, p. 187) e (contra Feuerbach) sobre a natureza ativa e prática do comunismo: ao derrubar a velha ordem, o movimento revolucionário produz a consciência necessária para a sua implementação (cf. Ibid., p. 195).

Contudo, o mais proeminente, na *Ideologia alemã*, é a discussão sobre a abolição da divisão do trabalho. A afirmação, várias vezes ridicularizada, sobre a possibilidade de se caçar pela manhã, de pescar durante a tarde, de se reunir ao final da tarde e de realizar crítica filosófica de noite parece, por si mesma, uma sátira realizada por Engels (coautor da *Ideologia alemã*) sobre o socialismo utópico de Charles Fourier (cf. O'Malley, 1994, p. XX). A alegação de que “em uma sociedade comunista não há pintores, mas, no máximo, pessoas que, dentre outras atividades, se dedicam à pintura” (Marx, 2000c, p. 206), situa o problema de forma mais séria e o conecta com a questão da igualdade e das necessidades em uma sociedade comunista. Questão esta que iremos discutir mais à frente.

O *Manifesto comunista*, apesar de seu título, não acrescenta muito mais sobre a análise da sociedade comunista. O programa, com os seus dez pontos (Marx e Engels 2000, p. 261), é uma proposta (surpreendentemente modesta) a ser implementada por um governo provisório, que, mais tarde, seria descrito como a ditadura do proletariado. A longa passagem sobre a abolição da propriedade privada apresenta apenas o argumento *ad hominem* (por assim dizer) de que a burguesia já teria abolido a propriedade privada de grande parte da população. Diferentemente, com o comunismo, “teremos uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (Ibid., p. 262).

E em relação ao que Marx escreveu posteriormente? Nas suas prescientes observações, contidas nos *Grundrisse*, sobre os impactos do acentuado desenvolvimento das máquinas e da automação, Marx previu uma sociedade na qual

os indivíduos estão, então, na posição de se desenvolver livremente. Não se trata mais da questão da redução do tempo de trabalho necessário para criar trabalho excedente, mas da redução do trabalho necessário da sociedade para o mínimo. A contrapartida desta redução é que todos os membros da sociedade podem desenvolver a sua educação nas artes, ciências, etc., graças ao tempo livre e aos meios disponíveis para todos (Marx, 2000d, p. 415).

Já a sua obra *O capital* está, em si, atravessada por referências sobre a “tarefa histórica” do capitalismo de produzir as condições necessárias e suficientes para o comunismo. Do ponto de vista comunista, o capitalismo preparou o terreno para os “trabalhadores associados” assumirem o controle com a “produção comunal”. Nas páginas finais do volume I desta obra, sobre a expropriação dos expropriadores, ecoam ideias presentes nos visionários *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* e no *Manifesto comunista*.

Entretanto, é claramente na *Crítica do Programa de Gotha* que Marx faz uma abordagem mais detalhada em relação ao comunismo. É nesta obra que ele desenvolve a sua afirmação, contida em *O capital*, de que

O processo de vida da sociedade, que está baseado no processo de produção material, não perde o seu véu místico até ser considerado como produção de homens livremente associados e ser conscientemente regulado por eles de acordo com um plano estabelecido. Isto, no entanto, demanda para a sociedade uma base material específica ou um conjunto de condições que, por sua vez, é a produção espontânea de um longo e doloroso processo de desenvolvimento (Marx, 2000e, p. 479).

Marx distinguiu o que ele chamou de um estágio superior e de um estágio inferior da sociedade comunista. No estágio inferior, repetindo a discussão apresentada na *Miséria da filosofia* (cf. Marx, 1965, p. 49), e no volume III de *O capital* (cf. Marx, 1972, p. 187), Marx visualizava a sociedade comunista

não como ela se desenvolveu em suas próprias fundações, mas, ao contrário, como ela emerge da sociedade capitalista; que é, assim, sob todos os aspectos, econômica, moral e intelectualmente ainda estampada com as marcas de nascença da velha sociedade de cujo útero acabou de emergir (Marx, 2000f, p. 614).

Neste sentido, falar de igualdade e de direitos faz parte dessas marcas de nascença. O que as pessoas retiram é uma quantidade proporcional daquilo que elas contribuem. Mas, neste estado de coisas

um homem é superior em forma física e mental a outro homem e, portanto, fornece mais trabalho no mesmo tempo gasto, ou pode trabalhar por mais tempo; e trabalho, para servir de medida, precisa ser definido pela sua duração e intensidade, pois, caso contrário, deixa de ser um padrão de medida. Este direito igual é um direito desigual para trabalhos desiguais. Ele não reconhece diferenças de classe porque cada um é apenas um trabalhador, como todos os outros. Mas, reconhece, de forma tácita, a habilidade desigual e, portanto, a capacidade produtiva como privilégios naturais. É, portanto, como qualquer outro direito, em seu conteúdo, um direito de desigualdade. O direito, pela sua própria natureza, pode consistir apenas na aplicação de um padrão igual; mas, indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se eles não fossem desiguais) são mensuráveis somente através de um parâmetro igual na medida em que são analisados sob um ponto de vista unitário, são tomados apenas por uma perspectiva definida, como, por exemplo, no presente caso, são considerados apenas como trabalhadores e nada mais deles é considerado, sendo todo o resto ignorado (Marx, 2000f, p. 15).

Um estágio mais alto da sociedade comunista, pelo contrário, será capaz de superar esses obstáculos. Graças ao aumento das forças produtivas torna-se possível se inscrever em suas bandeiras: “De cada um de acordo com sua capacidade, para cada um de acordo com suas necessidades!” (Marx, 2000f, p. 15).

II

Até agora tentei dar conta do que Marx diz sobre o comunismo. Porém, outra questão se apresenta como fundamental: quão coerente é isso?

Um pensamento sobre o qual Marx certamente mudou de opinião foi quanto à natureza do Estado em uma sociedade pós-revolucionária. No *Manifesto comunista* de 1848, se afirma que o proletariado tomaria o controle do Estado e isso o ajudaria a promover seu próprio programa. Mas, no “Prefácio” de 1872 da segunda edição alemã desta obra, Marx diz que tal visão seria “antiquada”, isto na medida em que a Comuna de Paris, ocorrida no ano anterior (1871), havia mostrado que “a classe trabalhadora não pode, tão somente, se apoderar do mecanismo estatal acabado e empunhá-lo para seus próprios fins” (Marx, 2000g, p. 604).

Em todo o caso, a variedade de termos que Marx usa para o desaparecimento do Estado é grande demais para produzir qualquer significado de grande precisão. Na *Crítica ao Programa de Gotha*, ele apenas diz que “a liberdade consiste em converter o Estado, de um órgão superior à sociedade, para uma entidade completamente subordinada a ela” (Marx, 2000f, p. 610).

E, acerca do trabalho em uma sociedade comunista, Marx se torna evidentemente mais ambíguo. Também na *Crítica do Programa de Gotha* ele diz que, no estágio mais avançado da sociedade comunista, o trabalho se tornará o “desejo primordial da vida” (Marx, 2000f, p. 615). Contudo, no volume III de *O capital*, ele afirma que

o reino da liberdade, na verdade, somente começa onde termina o trabalho que é determinado pela necessidade e pelas considerações mundanas; assim, no próprio sentido natural das coisas, ele [o trabalho] está além da esfera da produção material real. O encurtamento do dia de trabalho é o seu pré-requisito básico (Marx, 2000h, p. 534).

Tentativas poderiam ser feitas para resolver essa “contradição”, mostrando que o “trabalho” tem significados diferentes nos dois contextos. Contudo, ao menos, uma tensão permaneceria presente.

Não obstante, mais substancial do que isso é a questão de se analisar se a concepção materialista histórica de Marx é unilinear ou multilinear. Sobre isso, a meu ver, pode-se afirmar que Marx alterou substancialmente suas opiniões expressas no final da década de 1840 e no começo da década de 1850, para aquelas apresentadas a partir do final da década de 1850. No *Manifesto comunista*, por exemplo, Marx e Engels escreveram que

a burguesia, pelo rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção, pela imensa ampliação da facilidade dos meios de comunicação, atrai todas as nações, até mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baixos das suas mercadorias representam a sua artilharia pesada com a qual derrubam todas as muralhas da China (Marx e Engels, 2000, p. 249).

Neste sentido, parece que Marx pensava que a Primeira Guerra do Ópio da Grã-Bretanha contra a China, em 1839-42, tinha, de certa forma, um caráter progressista.³ A mesma abordagem pode ser encontrada em artigos de Marx publicados no *New York Daily Tribune*, no início dos anos 1850. Nesses artigos, passa-se uma visão de que o colonialismo era, no geral, uma força progressista. E nos *Grundrisse* Marx retoma esse ponto de vista, de forma mais teórica, com a afirmação de que o socialismo realmente estará na agenda quando o mercado mundial estiver plenamente estabelecido e o capitalismo tiver atingido o seu limite final de

³ Também conhecida como Primeira Guerra Anglo-Chinesa, esta guerra da Grã-Bretanha contra a China representou tanto um embate econômico como estatal. A Grã-Bretanha, lastreada pelo liberalismo econômico e político, se posicionou duramente contra os obstáculos erigidos pelo governo imperial Chinês, que limitavam o comércio oriental do ópio. Movida pela sua superioridade militar, a Grã-Bretanha impôs uma derrota a China e passou a controlar estas relações econômicas. [N.T.].

expansão (cf. Marx, 2000d, p. 397-399).

Contudo, é importante destacar que a abordagem de Marx se alterou no final da década de 1850. Este fato se deve, em grande medida, à análise que ele realizou do Motim Indiano de 1857, que ameaçou o controle britânico da Índia. Marx apoiou, de forma entusiástica, este motim e, portanto, era natural que ele adotasse a mesma atitude em relação à Segunda Guerra do Ópio da Grã-Bretanha contra a China em 1856-60, onde ele defendeu fortemente os chineses.

A análise desses eventos geopolíticos conduziu Marx a uma modificação na sua teoria do desenvolvimento histórico. No “Prefácio” de sua *Contribuição à crítica da economia política*, ele menciona, além dos modos de produção antigo, feudal e burguês, um outro pelo termo “Asiático”. Aqui pode-se argumentar que Marx esboçou uma visão mais multilinear do desenvolvimento econômico mundial, diferenciando-se de uma visão mais linear como, digamos, presente na *Ideologia alemã*. Conforme observou Lichtheim (1963, p. 98), na época em que Marx publicou *O capital*, “o ‘Modo Asiático’ tinha se tornado objeto de comentários favoráveis, pelo menos no que concerne às comunidades aldeãs: ele era considerado um baluarte contra a desintegração social”.

A revisão que Marx fez da sua opinião anterior é também ilustrada por meio das mudanças que ele realizou nas edições subseqüentes de *O capital*, particularmente na edição francesa de 1872-1875. Um bom exemplo sobre isso se encontra na alteração que Marx fez do texto alemão original, onde consta: “o país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra, ao menos desenvolvido, a imagem do seu próprio futuro” (Marx, 2000e, p. 453). Já, na versão francesa consta uma condição adicional que altera substancialmente o sentido da afirmação anterior: “o país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra, *àqueles que o seguem na progressão industrial*, a imagem do seu próprio futuro” (Marx, 1965, p. 549).

Esta alteração de análise fica ainda mais clara em alguns escritos famosos de Marx sobre a Rússia. Todavia, excetuando-se o “Prefácio” para a tradução russa do *Manifesto comunista*, estes escritos não foram publicados durante a vida de Marx. No que concerne à análise das comunas russas, tema central da sua carta de 1877 a Mikhailovsky, Marx discorda diretamente do pensador russo pelo fato dele tentar “metamorfosar meu esboço da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica de caminho generalizado, em que todos os povos estariam destinados a trilhar, independentemente das suas circunstâncias históricas” (Marx, 2000i, p. 618).⁴ E, em sua carta de 1881 a Vera Sassoulitch, Marx escreve de forma

⁴ Em essência, Mikhailovsky discordava da análise realizada por Marx em *O capital*, alegando que, nesta obra, o autor desconsiderava a possibilidade de uma transição ao socialismo sem passar pelo desenvolvimento do

semelhante, que a

análise apresentada em *O capital* não atribui nenhuma razão a favor ou contra a vitalidade da comuna rural. Mas a pesquisa especial que eu conduzi sobre este assunto e os materiais que eu obtive de fontes originais me convenceram de que esta comunidade é a mola principal da regeneração social da Rússia. Entretanto, para poder funcionar desta forma, primeiro seria preciso eliminar as influências deletérias que a atacam por todos os quadrantes e depois assegurar as condições normais para o seu desenvolvimento espontâneo (Marx, 2000j, p. 624).

E, em seu último artigo publicado, o “Prefácio” de 1882 à edição russa do *Manifesto comunista*, Marx se questionou se “a *obshchina* russa⁵, embora muito enfraquecida e ainda mantendo uma forma de propriedade comum da terra, poderia passar diretamente para a forma comunista superior da terra?” (Marx, 2000l, p. 632). A sua resposta foi: “se a Revolução Russa se tornar um sinal para a revolução proletária no Ocidente, de maneira que ambas se complementem, a presente propriedade comum russa pode servir como ponto de partida para o desenvolvimento comunista” (Id.). Esta afirmação certamente deixou aberta a questão de quais seriam as bases socioeconômicas para a uma sociedade comunista.

III

Finalmente, e de forma bastante breve, podemos ressaltar algumas ideias sobre a relevância contemporânea da concepção de comunismo de Marx. Primeiro, salienta-se que seria enganoso caracterizar o pensamento de Marx como utópico, exceto, talvez, no sentido de utopia de Karl Mannheim, como um estado de coisas que parece irracional apenas do ponto de vista de uma ordem social já estabelecida (cf. Mannheim, 1936, p. 77). Enquanto as utopias são tipicamente estáticas, o pensamento de Marx era bastante dinâmico: “o comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser estabelecido, um ideal ao qual a realidade terá que se ajustar. Nós chamamos de comunismo o movimento real que abole o estado atual das coisas” (Marx, 2000c, p. 187).

Em relação ao capitalismo, o dinamismo desta sociedade se estabelece pelos desejos que impulsionam este modo de produção em constante expansão. Como Marx e Engels

capitalismo. Na resposta, presente na carta citada, Marx esclarece que a sua concepção materialista da história não é um sistema fechado, a ser aplicado de forma independente das circunstâncias históricas e sociais [N.T.].

⁵ Comuna rural típica da Rússia, em que camponeses (ou antigos servos) realizavam atividades coletivas e eram guiados por valores mutualistas [N.T.].

explicaram no *Manifesto comunista*, o capitalismo não produz somente sempre novos objetos, em onda após onda de inovação técnica. Ele também produz novos desejos e gostos em uma medida aparentemente infinita. O resultado imperativo disto é: expandir ou morrer. Contraditoriamente, o que a sociedade comunista tem inscrito nas suas bandeiras é, como vimos, “de cada um segundo as suas capacidades, para cada um segundo as suas necessidades” (Marx, 2000f, p. 615).

Claramente, uma sociedade baseada em necessidades é uma sociedade muito diferente de outra baseada em desejos. Necessidades são limitadas, desejos não são. Se eu necessito de algo, este algo estará sempre, de forma mais ou menos direta, relacionado a uma finalidade necessária, que está além da coisa em si mesma. Sobre isso, um bom exemplo seria um relógio. A necessidade de um relógio é para contar o tempo. Mas, se eu desejo um relógio de ouro, eu o desejo simplesmente porque é de ouro. E, logicamente, existe um limite para o que as pessoas necessitam. Assim, uma sociedade baseada nas necessidades só pode ser muito flexível na condição do seu desenvolvimento econômico.

Estas considerações são obviamente também relevantes para o que é possivelmente o maior problema enfrentado pelo mundo contemporâneo: a crise ecológica. E estudos recentes demonstraram que Marx era um pensador com grande consciência ecológica. Neste sentido, a pesquisa de Kohei Saito (2018) sobre o “ecossocialismo” de Marx é extremamente útil. Conforme ele escreveu,

uma investigação sistemática de excertos e anotações de Marx nos permite compreender o papel central da ecologia em sua crítica ao capitalismo. Sua visão do socialismo inclui claramente um projeto para reabilitar o metabolismo social e natural que foi seriamente deformado no capitalismo (Saito, 2017, p. 257).

Não é coincidência que as investigações de Marx sobre os vínculos entre o capitalismo e a degradação ecológica tenham ocorrido no mesmo tempo das suas avaliações positivas das formações econômicas e sociais pré-capitalistas e da Comuna Russa, mencionadas acima. Sobre esta problemática, conforme demonstra Saito, observa-se que Marx

tentou compreender a destruição dos ecossistemas pelas suas relações com o poder reificado do capital, a partir da perspectiva do mundo material. A reabilitação do metabolismo universal da natureza, que foi rompido pelo capitalismo, somente será possível quando o poder autônomo do capital for totalmente abolido. Mesmo que o capitalismo não se colapse automaticamente, apesar da gradativa escassez de recursos naturais, as

desarmonias no mundo material impedem o desenvolvimento livre e sustentável da humanidade e obrigam as pessoas a lutar por um novo sistema social para além do capitalismo (Saito, 2017, p. 261).

Ao mesmo tempo, nós devemos perceber que o que foi dito acima se baseia amplamente em excertos e notas de Marx. Sua obra está radicalmente inacabada⁶. É função das outras pessoas poder terminá-la. E, ao se pensar sobre isto e buscando implementá-la, a concepção de comunismo de Marx representa um bom ponto de partida.

Referências

ANDERSON, K. On the MEGA and the French edition of Capital, Vol. I: An appreciation and a critique. **Beiträge zur Marx-Engels Forschung**. Berlin, 1997.

HEGEL, G. W. F. Vorrede. In: HEGEL, G. W. F. **Werke**. Vol. VII (Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse mit Hegels eigenhändigen Notizen und den mündlichen Zusätzen). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

LIEDMAN, S. **A world to win: the life and works of Karl Marx**. London: Verso; New Left Books, 2018.

LICHTHEIM, G. Marx and the 'Asiatic mode of production'. **St. Antony's Papers**, n. 14. Ed. G. F. Hudson. London: Chatto and Windus, 1963.

MANNHEIM, K. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul, 1936.

MARX, K. Economic and philosophical manuscripts. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000a.

_____. Letter to Ludwig Feuerbach. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000b.

_____. The German ideology. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000c.

_____. Grundrisse. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000d.

_____. Capital (A. From Volume One). In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000e.

_____. Critique of the Gotha Programme. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000f.

⁶ Sobre este ponto, a recente biografia de Marx publicada, escrita por Liedman (2018), é de grande valia.

_____. Preface to the Second German Edition of the Communist Manifesto. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000g.

_____. Capital (A. From Volume Three). In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000h.

_____. Letter to Mikhailovsky. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000i.

_____. Letter to Vera Sassoulitch. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000j.

_____. Preface to the Russian Edition of the Communist Manifesto In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000l.

_____. **Capital**. Vol. III. London: Lawrence and Wishart, 1972.

_____. **Oeuvres: Économie I**. Ed. M. Rubel. Paris: Gallimard, 1965.

MARX, K.; ENGELS, F. The communist manifesto. In: MARX, K. **Selected writings**. 2. ed. Ed. D. McLellan. Oxford: Oxford University Press, 2000.

O'MALLEY, J. **Marx, early political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SAITO, K. **Karl Marx's ecosocialism: capital, nature and the unfinished critique of political economy**. New York: Monthly Review Press, 2017.